73ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

06 de novembro de 2012 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

I. Sugestões de inclusão de Pauta

Ordem do dia:

I. Apreciação e Deliberação sobre Execução de Serviços Gerais de Infra-Estrutura no Parque Sapopemba, situado na Av. Sapopemba x Av. Jacu Pêssego – São Mateus (Processo nº 2012 -0.295.866-0);

II. Apreciação e Deliberação sobre Desapropriação de um Imóvel para Implantação do Parque Brasilândia (Processo nº 2010 -0.300.002-5);

III. Apresentação do Edital FEMA 09/2012;

IV. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 09/2012 dos números: 05, 06, 07, 09, 14, 15, 22, 27, 40, 41, 50, 52, 54 e 68.

Anexos:

Parecer do Processo nº 2012 -0.295.866-0;

Parecer do Processo nº 2010 -0.300.002-5;

Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 09/2012 dos números: 05, 06, 07, 09, 14, 15, 22, 27, 40, 41, 50, 52, 54 e 68.

Coordenadora Helena Magozo: Eu pediria para as pessoas já se assentarem, que nós vamos dar início à reunião. Eu vou esclarecer a organização da reunião. Então nós estamos dando início à 73ª reunião plenária ordinária do CONFEMA, em 6 de novembro de 2012, aqui no térreo da Secretaria do Verde. Eu começo desculpando a ausência do Secretário. O Secretário está com uma questão de família, na verdade, a mulher dele teve um problema ortopédico que está se resolvendo hoje em termos do encaminhamento médico e por conta disso, ele não está aqui conosco. Nós já estamos com o quórum para começar a reunião com o Alexandre. Como nós organizamos a reunião hoje? Nós vamos ter, a maior parte do tempo, a apresentação e deliberação sobre os projetos do Edital FEMA número 9. Mas antes disso, nós vamos fazer duas deliberações, e apresentações. São projetos que já foram anunciados aqui, mas que vão ser deliberados hoje. Dois projetos, um relacionado ao Parque Sapopemba e o outro, ao Parque da Brasilândia. Inicialmente, eu queria informar aos Conselheiros que em relação àquele projeto que foi apresentado da outra vez, um projeto para desapropriação de uma outra área do Parque Brasilândia, não é essa que a Rosélia vai mostrar, infelizmente, se confirmou a questão da invasão. Então, juridicamente, nós não podemos desapropriar. Houve uma vistoria. Depois eu passo para vocês. Confirmou até um aumento daquela invasão. Na verdade, o proprietário está sendo acionado para os procedimentos jurídicos em termos de reintegração da área. Então nós não podemos votar a desapropriação, porque não podemos usar o recurso público para desapropriação em uma área que está invadida, e cuja obrigação de entregá-la desocupada é do proprietário. Então infelizmente... Infelizmente eu digo por conta de uma área verde importante para a cidade, para a região, nós não vamos deliberar essa área hoje. Então a Rosélia vai apresentar uma outra área. E o que aconteceu com essa área? Comentamos na última reunião.Essa área chegou para o DPP junto com aquela área que nós apresentamos da última vez. O que aconteceu, houve uma diferença muito grande que a CAV detectou, entre a avaliação administrativa e o laudo judicial. Então, para segurança, a CAV mandou de novo para a DESAP, e pediu para eles confirmarem aquela avaliação. E no laudo, então, agora, a CAV entendeu que tinha elemento, sim, que era importante a questão da deliberação e no laudo a gente vai estar esclarecendo em que base essa convicção foi obtida pela CAV, essa segurança. Nós vamos começar com a Rosélia, a apreciação e deliberação. É o ponto número 3 da ordem do dia. Apreciação e deliberação sobre desapropriação de uma área para implantação do Parque Brasilândia. Processo 2010.0.300.002-5. Por favor, Rosélia.

Rosélia: Os Conselheiros que estão presentes são os mesmos da semana passada, então eu não vou fazer toda aquela apresentação da borda. Então, o Parque Brasilândia é esse aqui, constituído de duas propriedades. Essa que está numerada como 41, e essa que está como 40. A discussão da semana passada foi essa 41, que tem essa parte que está, realmente, com invasão, que a gente vai ter que resolver a questão da invasão primeiro. E essa de hoje é essa área 40, que tem um formato em L, que vem desde um rio aqui embaixo até essa divisa com o Córrego da Onça. Então essa daqui seria a área que está em discussão, que, se não me engano, é TS.

Coordenadora Helena Magozo: Então eu vou ler o parecer técnico da CAV. Proposta - desapropriação de um imóvel para implantação do Parque Brasilândia, conforme DUP 49157 de 29/01/2008, determinada no processo 2008.0.004.034-8, de propriedade de TS Empreendimentos e Participações Ltda., situada à avenida Deputado Cantídio Sampaio, 4555, bairro da Freguesia do Ó. Proponente - DESAP. A área total é uma área grande também, de 108.631 m^2. Valor do laudo prévio, que é aquela questão que eu falei para vocês: o laudo prévio é R$ 11.205.017,27, ou R$103,15 m^2, valor de julho de 2012. A CAV colocou isso para estar demonstrando a razoabilidade do valor por metro quadrado. Porque a avaliação inicial estava por R$10,00/m². Quer dizer que em termos de São Paulo, a avaliação inicial DESAP era uma avaliação, vamos dizer, de R$10,00 o m^2. Bom, o valor do depósito inicial foi R$ 1.528.542,38, ou... Desculpe, R$14,07/m², correspondente ao valor da avaliação administrativa, de maio de 2001. Então a CAV quis reforçar isso: que foi de R$14,07/m², avaliação DESAP, para R$103,15/m², pelo que está colocado no laudo prévio. Então o valor da complementação é R$ 9.767.524,78. Valor para depósito em setembro de 2012. E, então, esclarecendo que essa desapropriação teria como dotação os recursos oriundos dos TCAs e também foi deliberado pela câmara de compensação ambiental. O processo trata da desapropriação de um imóvel para implantação do Parque Brasilândia. Proprietário, TS Empreendimentos e Participações, área total, 108.631 m^2, área declarada pública pela DUP, que eu já citei lá, anteriormente, e o processo também, respectivo. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios legais ambientais. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887/2009, que determina que os recursos do FEMA destinam-se, principalmente, a apoiar, entre outros, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas, segundo a resolução 146/CADES/2012, que estabelece a diretriz anual aqui, do apoio do FEMA. Seria a diretriz referente à expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. A proposta atende também a resolução 14/CONFEMA/2011, que prevê que recursos depositados no FEMA pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA/SVMA, nos termos de compensação ambiental, serão utilizados para aquisição de terras para implantação de áreas verdes, em conformidade com os pressupostos do sistema de áreas verdes, instituído pela Lei Municipal 13.430/2002 – Plano Diretor Estratégico. Análise técnica da proposta: a desapropriação do imóvel tratado nesse processo é necessária para implantação do Parque Brasilândia, que integra o programa Parques da Borda da Cantareira. O Parque Brasilândia, em conjunto com outros parques lineares previstos em uma faixa limite de área urbanizada da zona norte da cidade, irá compor uma zona de amortecimento, com a função de proteger a reserva florestal da Serra da Cantareira. Ademais, é conhecida a pressão existente por ocupações irregulares que a Borda da Cantareira sofre... A gente viveu aqui, um pouco, essa situação. Bem como são previsíveis pressões advindas da implantação do trecho norte do Rodoanel Mário Covas, em que pese as exigências impostas no processo de licenciamento ambiental dessa obra, que reforça a importância de se implantar essa zona de amortecimento O parecer de SVMA/DEPLAN a este respeito encontra-se anexado às folhas 186 e 187 desse processo. Análise econômica e

orçamentária da proposta: o valor final do laudo de avaliação administrativa foi de R$ 1.528.542,38, o que corresponde a R$14,07/m². Esse laudo, produzido pelo DESAP está inserido à página 59 do presente processo. Conforme consta no referido laudo, essa avaliação foi baseada em pesquisa de valores unitários, que refletem o contexto imobiliário do entorno e uso, observando as normas preconizadas na engenharia de avaliações, para fins de desapropriações. Valor final foi definido em maio de 2011. Para garantir a imissão de posse foi feito o depósito deste valor em 6/12/2011, com recursos provenientes do FUNDURB, conforme atesta o protocolo de depósito judicial, anexado à página 115 desse processo. Já na fase judicial do processo expropriatório, o laudo prévio elaborado pelo perito designado pela Fazenda Pública, junto à folha 123 desse processo, apurou valor significativamente superior àquele fruto da avaliação de DESAP, elaborado na fase administrativa doa processo, atingindo a soma de R$11.205.017,27 ou R$103,15/m², referente a julho de 2012. Conforme declaração de DESAP, à página 175 desse processo, resta complementar o valor do depósito inicial, correspondente a R$ 9.727.524,78, para garantir a imissão de posse. Diante de valores bastante díspares, os membros dessa comissão técnica de avaliação acharam por bem, solicitar que DESAP apresentasse subsídios técnicos e processuais que justificassem tal diferença, e portanto, a complementação de recursos, solicitada. Tal encaminhamento está juntado a esse processo, em folhas 188 e 189. Em sua resposta em folhas 191 a 196, DESAP informou que a ação expropriatória tomou a via judicial devidamente autorizada pelo senhor Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, pelo não atendimento pelo expropriado de convocação de folha 102. E que o juiz da 8ª Vara da Fazenda Pública condicionou a imissão na posse ao depósito de eventual diferença entre oferta e avaliação judicial. Acrescentou que o perito nomeado se utilizou de metodologia diferente da adotada por DESAP, e por isso obteve valor substancialmente superior ao da avaliação administrativa. E que desta forma, a discussão restou postergada para a fase da avaliação definitiva. Compreende-se, portanto, que a emissão na posse, que permite que a municipalidade passe a dar à área a função de proteção à Reserva Florestal da Serra da Cantareira, só é possível mediante complementação do valor, conforme solicitado por DESAP. E que o valor definitivo, que poderá ser diferente daquele estabelecido pelo perito nomeado, se dará na esfera judicial. Em outras palavras, dentro da normalidade dos procedimentos expropriatórios, que não se resolvem no âmbito da avaliação administrativa e são levados à esfera judicial, essa importância será depositada em juízo apenas para garantir a imissão de posse, sem prejuízo de uma eventual contestação do valor por parte de DESAP, que pela competência acompanha esse processo de desapropriação defendendo o interesse da Prefeitura Municipal de São Paulo, até a sua finalização, quando será conhecido o valor definitivo da desapropriação. Do ponto de vista dos procedimentos internos inerentes à autorização de locação de recursos do FEMA advindos de TCAs, para expropriação da área aqui tratada, a ata da 35ª reunião ordinária da Câmara de Compensação Ambiental, realizada em 11/10/2012, contém deliberação explícita indicando o pagamento do valor supra mencionado. Conclusão: Dessa forma nos manifestamos favoravelmente ao seu prosseguimento. Cabe, contudo, alertar que os recursos do FEMA destinados a essa desapropriação tem como origem uma compensação ambiental por manejo de vegetação. O que impõe que sejam

estritamente disponibilizados para ações de qualificação ambiental, conforme Resolução 14/CONFEMA/2011, de 2011. Desta forma, em caso de decisão judicial final, favorável a valores de expropriação do imóvel, inferiores àqueles ora autorizados, deverá, a diferença resultante retornar ao Fundo Especial de Meio Ambiente, para cumprir a sua precípua função. Então vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto apresentado, de desapropriação da área para implantação do Parque Brasilândia, permaneçam como estão.

Cons. Cecília: E nessa área aí, não tem invasão?

Coordenadora Helena Magozo: Nessa área não tem invasão. Então permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Agora nós vamos para o segundo... Para o que na verdade, aqui para nós, é o segundo ponto de pauta. Apreciação e deliberação sobre a execução de serviços gerais de manutenção, previstos na ata de registros de preço no Parque Sapopemba, situado à avenida Sapopemba com Jacu Pêssego, São Mateus. Processo 2012.0.295.866-0. Vocês lembram que este projeto foi anunciado quando foi apresentado o projeto iluminotécnico do Parque Sapopemba. Explicado que aquele projeto aprovado se referia à área interna. Mas que seria necessária a alimentação do sistema e que estava sendo preparado o projeto para ser apresentado aqui. Por favor, circunstancie, Edimilsom.

Cons. Cecília: Helena, enquanto ele monta ali, e dando sequência a esse primeiro, que a gente já votou, eu queria... Eu havia pensado, na semana passada, a gente falou assim: por que a Prefeitura não compra, e depois, o que ela gastou com a desapropriação, subtrai? E disseram que isso não é possível, eu ouvi isso. Mas o motivo por que isso não é possível, a gente não ficou sabendo. Porque eu acho que o Conselho, ele existe justamente para a gente...

Coordenadora Helena Magozo: Vou tentar explicar.. Quando você desapropria uma área, você faz uma avaliação. Você faz uma avaliação, nesse caso, dessa área. Você conta que essa área está disponível para o fim para o qual ela está sendo desapropriada, que é o Parque. Se a Prefeitura, ela desapropria nessa condição, a obrigação de entregar a área livre é do proprietário. Quer dizer, é do privado, no caso . Então, o que acontece? Essa área foi avaliada e a condição dela é para ser um Parque. Para estar disponível para um Parque. Estar livre. Se nós desapropriamos tendo o conhecimento de que ela está ocupada, nós tiramos um ônus que é do proprietário, e assumimos, o poder público assume, e mais que isso, nós temos certas obrigações que o ente privado não tem, Cecília. Por exemplo, hoje, o Estatuto Da Cidade vai obrigar a que se garanta moradia para os ocupantes da área..... são outras questões, quer dizer, que vai implicar em obrigações muitas vezes superiores ao recurso previsto na desapropriação dessa área para o Parque. Ainda o poder público estará estimulando esta movimentação em áreas com DUP. Isso é uma consequência. Não é legal. Outras ações como essa, vão ser estimuladas, pois vai ser uma estratégia para você garantir, por exemplo, que você, invadindo uma área, terá benefícios . Você

invade, até pelo que foi colocado pela própria comunidade aqui, a invasão não está sendo promovida por pessoas sem moradia, mas há um movimento de invasão, também econômico, de uma outra monta, mas tem, um movimento de invasão, e pelo estatuto da cidade, por exemplo, você não pode tirar as pessoas de lá, o ente público, sem garantir a outra habitação. Então, você veja o contexto que se coloca. Ali no caso, por exemplo, ficou clara a estratégia. Foi uma invasão recente, em área com DUP, com um fim determinado de provocar uma "indenização" da Prefeitura. Então, todas essas motivações do ponto de vista financeiro, de responsabilidade da Prefeitura, você não pode estar desapropriando, tendo ciência disso. É ilegal. A condição é a área estar livre para a implantação do Parque. E essas coisas, às vezes, demoram, Cecília, muitos anos.

Cons. Cecília: Então, justamente por causa disso. Ficou claro, na semana passada, que o proprietário, ele não estava tomando as providências para deixar a área livre...

Coordenadora Helena Magozo: E agora, ele está sendo acionado para tomar, porque possivelmente, ele tem interesse na desapropriação. Então ele vai ter motivação para pedir a reintegração de posse. Se ele tiver esse desejo, se ele estiver interessado, ele consegue a reintegração. Mas a obrigação é dele. Não é nossa. Além das questões correlatas, que você acaba fortalecendo esse tipo de ação. Fortalece uma estratégia de invasão de área prestes a se tornar pública. Enxugamos gelo. É isso, está bem?

Cons. Cecília: Está bom.

Coordenadora Helena Magozo: Mas eu posso até ver, depois, a questão legal e te passar. Eu vou procurar, está bom? Por favor, Edimilsom.

Edimilsom: Bom dia, gente. Então, nós vamos falar agora sobre a segunda parte do projeto elétrico do aterro Sapopemba. Só fazendo um resgate aqui. Esse Parque está sendo implantado seguindo o Plano Regional Estratégico de São Mateus, e tem o Parque do antigo aterro sanitário desativado, que a gente começou a fazer todo um recobrimento para fazer a implantação do Parque. O Parque, hoje, ele está praticamente concluído, com todo o cercamento já concluído, toda a parte de equipamento proposto, já foi implantada. Esse que é o projeto inicial é justamente esse projeto que hoje está, já, praticamente pronto. E como é um plano de compensação ambiental, a ECOURBIS ambiental, que era responsável pela implantação do projeto, não tinha no escopo dela, a execução da parte elétrica. E nessa segunda fase aqui, é a fase então que a Secretaria do Verde está complementando os equipamentos reimplantados pela parte elétrica.Eu já fiz a apresentação na última vez. Vamos direto para a apresentação que nos trouxe aqui. O projeto visa fazer a ligação de energia e água das edificações existentes lá, para colocarmos o Parque em uso. Solicitamos fazer a contratação, por meio de ata, que é uma modalidade pela qual, conseguimos fazer uma contratação mais emergencial. Porque o Parque, hoje, está entregue, e está sendo abastecido por caminhão pipa, e a energia elétrica ainda está provisória. Essa é a edificação para que a gente está querendo solicitar o cavalete de água e energia elétrica, lá da rua para alimentar essa edificação, e tem uma outra edificação aqui na parte de cima, que a gente também está precisando

fazer a ligação de água e esgoto, dessa rua aqui. Então como a Helena alertou, a gente apresentou primeiramente aquela parte interna do projeto, e agora seria a parte externa, que é essa outra edificação, que o valor da contratação são R$ 539.982,03.

Coordenadora Helena Magozo: Podemos ir para o parecer, gente? Parecer técnico. Segue abaixo o parecer técnico sobre a proposta apresentada. Então a proposta é execução de serviços gerais, de serviços de infraestrutura, os quais consistem em entrada de energia elétrica e água, e respectiva alimentação das edificações administrativas no Parque Sapopemba. Proponente - SIURB. Valor total: R$ 539.982,03. Valor final baseado na ata de registro de preços 010/SIURB/2012. Resumo da proposta: a proposta se refere a serviços gerais de infraestrutura no Parque Sapopemba, previstos em ata de registro de preços, com fornecimento de materiais de primeira linha e mão de obra especializada para sua execução, conforme descrição de serviço no memorial descritivo sob números 25 e 26, do presente processo. Enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios das políticas e legislações ambientais. Se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e no CADES, em especial na lei 14.887/2009, que determina que os recursos do FEMA devem, principalmente, apoiar, entre outros, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas, segundo a resolução 146/CADES/2012, expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. Análise técnica da proposta: a presente proposta atende às necessidades de serviços de infraestrutura referentes à entrada de energia elétrica e água, e respectiva alimentação das edificações administrativas do Parque Sapopemba, sendo esses considerados essenciais para o funcionamento do Parque em seu momento inicial, e para dar condições à implantação de sistema de energia elétrica, que se pautou no uso de energias renováveis e desenvolvimento sustentável, visando a redução do consumo energético. Análise econômica e orçamentária da proposta: o memorial descritivo dos serviços gerais de manutenção, bem como os respectivos valores, se encontram no orçamento referencial, às páginas 27 a 29 desse PA. A referida proposta utilizará uma ata de registro de preço, que se encontra anexada às folhas 3 a 19 do processo. A análise do orçamento, à página 27 do processo, mostra que os valores da ata são inferiores aos valores da tabela EDIF/SSO, de julho de 2011. Por se tratar de uma ata de registro de preços em vigência, os valores são compatíveis com os serviços discriminados. Conclusão: consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. Vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da proposta, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Obrigada, Edmilson. Agora, nós vamos para o ponto de número 1 e de número 4 da pauta, que é a questão do edital, e apreciação e deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo edital FEMA.

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Então eu vou passar para a Mirian. A Mirian é diretora do DPP 2, divisão que apóia o FEMA, e aqui nós estamos com a presença da

Diretora dos Núcleos de Gestão Descentralizada, que é a Raquel, e vários membros dos DGDs. Porque, como eu já falei para vocês anteriormente, esta avaliação foi de acordo com uma demanda anterior, descentralizada para os núcleos de gestão descentralizada. Então eu vou um pouquinho entregar o bastão aqui, no sentido deles explicarem a questão do edital, como é que foi o processo. E eu agradeço pela participação e a presença de todos. E tudo tem que ser dito no microfone, porque a reunião é gravada e transcrita.

Mirian: Bom dia. Eu vou apresentar um pouquinho do histórico. Acho que é um breve resumo. Inclusive, aqui estão presentes as pessoas que participaram da construção, também, do edital, técnicos dos DGDs, Raquel, diretora, técnicos do DPP 2, participaram ativamente da construção do edital. Eu vou apresentar, e depois, eu acho que é interessante, se tiverem dúvidas... Porque todo mundo aqui participou, aí também pode dar sua contribuição. Então o edital FEMA 9 teve como tema, resíduos sólidos, com o objetivo de contribuir para a implementação de ações, visando a minimização, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, com promoção da inclusão social, da saúde pública e da qualidade ambiental. Ele teve quatro linhas temáticas, a primeira, consumo sustentável, estímulo a adoção de padrões sustentáveis de consumo de bens e serviços, adoção de tecnologias limpas, sensibilização e mobilização quanto à logística reversa, ciclo de vida dos produtos e pegada de carbono, estímulo aos clubes de troca e redes de consumo colaborativo. A segunda linha temática são cooperativas de catadores. Capacitação para gestão de cooperativas, apoio para profissionalização, comercialização e orientação técnica para regularização fiscal. Economia solidária, fomento à geração de trabalho e renda, organizado sob a forma de cooperativas e associações, que contribuam para redução e reaproveitamento dos resíduos sólidos. E última linha temática, é ecoeficiência, com apoio e implementação de produtos e processos de tecnologia de gestão, reutilização, reciclagem, compostagem e biodigestão. Para contar só um pouquinho do histórico, de onde surgiu o edital, a questão dos resíduos sólidos veio como demanda dos DGDs, e ao mesmo tempo, já estava instituída a política nacional de resíduos sólidos. Então, as duas coisas se casaram, tinha necessidade do município implementar ações, com a demanda dos DGDs com relação a esse tema. E se procurou fazer de uma forma coletiva, participativa, desde a construção do próprio edital, enfim, como seria esse edital, a própria avaliação dele também, a CAV foi composta por técnicos de todos os DGDs, as audiências públicas que foram realizadas nas regiões, nas cinco regiões também para divulgar, foi feito também parceria com os DGDs. Então, a ideia é que fosse o mais coletivo e participativo possível. Acho que eu já pulei alguns itens aqui. Aí se formalizou então uma CAV, que avaliou todos os projetos, que foi composta por técnicos da DDP-2 e dos DGDs. Parte da CAV está aqui hoje, que avaliaram os projetos e vão relatar também. Então foram realizadas audiências públicas, para apresentar, divulgar e esclarecer o edital. Foi muito interessante também esse processo, porque as ONGs puderam estar presentes, tirar dúvidas, enfim, a gente pôde esclarecer um pouco mais o edital e divulgar. E aí então, se veio para apreciação e deliberação desse edital no CONFEMA. Foi publicado o edital no Diário Oficial, com chamamento para as ONGs, no dia 10 de março de 2012. E aí

chegaram os projetos. Foram protocolizados 71 projetos. Que eles receberam uma numeração por ordem de chegada. Após a abertura desses 71 projetos, foi verificado, pela CAV, que os projetos de números 19, 37, 43, 45 e 47 estavam duplicados. O que acontecia? Às vezes vinha um projeto em um envelope, no outro vinha a documentação, ou a cópia, ou a versão digital, mas era um único projeto. Então aconteceu isso com 5 projetos. O número 19, que é Desvendando a Reciclagem, 37, da You Green - Central Modelo de Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos, número 43, Quintal Criar, 45, Caminhar com Benedita e Renovar o Mundo, e o 47 - Caminhar com Benedita e Renovar o Mundo. Um é do Jaraguá, o outro é do Morro 12. Dos 71 ficaram 66 projetos, na realidade.

Cons. Cecília: Desculpa, Mirian. Não entendi muito bem. Por que esses projetos foram excluídos?

Mirian: Não. Eles não foram excluídos. Inicialmente se achou que eram dois projetos. Mas quando se abriram os envelopes, na verdade era um só. Mas veio uma parte em um envelope, uma parte em outro. Mas na verdade era um único projeto.

Cons. Cecília: Ah, entendi.

Mirian: Então ficaram 66 projetos. Na realidade, eram 66. Desses 66, foi feita a análise dos documentos, porque no edital se pede a apresentação de vários documentos para as instituições, e após a análise desses documentos, cinco projetos foram eliminados por não cumprirem o edital, que são o número 17, 51, 56, 59 e 69. Os projetos são Turismo Promovendo a Integração Social e Cultural, da ONG Bom Samaritano, que faltaram os anexos 2, 3 e 4, meio digital e ata de criação. O número 51, Armazém Sustentável, Design Possível. Área de abrangência do projeto fora do município de São Paulo. Número 56, que é Transforma-se a pé. Um projeto de transformação e reutilização de resíduos sólidos na Comunidade do Sapé, Instituto Morada da Floresta. Faltaram vários anexos, 2, 3, 4 e meio digital. Número 59, Coleta Seletiva, Capacitando para Fortalecer, da Associação Reciclázaro. Faltaram o anexo 4 e a ata de criação. O 69, Projeto de Reciclagem, Centro de Resgate à Cidadania do Grajaú, da Paulo VI, faltaram o anexo 4 e a ata de criação. Até aqui ficou claro?

Cons. Cecília: Eu tenho uma dúvida. Porque para alguns projetos foi solicitada uma complementação...

Mirian: Ah, isso é posterior. Ainda no primeiro...

Cons. Cecília: Por que motivo, nesses projetos, não foi solicitado que eles mandassem a ata de criação, por exemplo?

Mirian: No edital estão previstos os critérios para habilitação dos projetos. Em condições de concorrer ao projeto. Então tem alguns critérios. E um deles é a entrega de documentação. Todos que foram citados aqui é porque realmente não veio a

documentação prevista no edital.Não tinha como ser pedida uma complementação. O que acontece nos projetos depois, o que você está citando aqui, ocorre quando da avaliação técnica, com relação a questões técnicas, especificamente. Que são necessárias complementações. Agora, essa fase de documentação, ela é inicial. Antes de se analisar o projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Cecília. O que se previu na habilitação foram documentos básicos, como a ata de criação da entidade ou a falta de apresentação dos anexos do projeto. O anexo, o que contempla? Orçamento, por exemplo, é um elemento fundamental dentro de um projeto. Um projeto têm algumas partes básicas. Todas essas entidades, com exceção dessa que a área de abrangência é fora do município, não podemos apoiar por estes mouivos. Só pode ser no município de São Paulo, você pode ver, todas elas que, além da ata de criação, anexos 2, 3 e 4. O outro é ata de criação. Anexo 4, que é orçamento. Não se apresentou orçamento nenhum. A gente lamenta, mas um projeto, tem que contar com uma estrutura básica. A Mirian fala documental, mas documental também do projeto

Mirian: Importante para a análise. Tem um item que está previsto.... São condições para enquadramento de projetos.

Cons. Cecília: Agora, eu estou falando isso, primeiro, se eles não tinham nem condição de entrar, nem precisavam ter me dado o projeto para eu ler. Agora, por acaso, eu li esse projeto 59. Eu escolhi aleatoriamente, porque eu quero também que fique registrado que a gente recebeu esse material na terça-feira da semana passada. Então, primeira coisa: como em uma semana, a gente vai tomar conhecimento de 60 projetos?

Coordenadora Helena Magozo: Não. Foi dito na última reunião, Cecília, por favor... Eu falei para vocês na última reunião: vocês vão receber a relação dos primeiros projetos que vão ser avaliados. Se concentrem nesses, que nós vamos ter uma programação de apresentação para deliberação. Fiz questão de reforçar isso na semana passada.Absolutamente vamos avaliar 60 projetos hoje.

Cons. Cecília: Pois bem. Eu quero deixar então... Eu quero explicar que eu abri o primeiro projeto recomendado, e abri o segundo projeto recomendado, e eu falei: “Meu Deus, será que é isso que vai ser aprovado?” Eu preciso ter uma ideia do escopo, das possibilidades.” Se o primeiro e o segundo já tivessem ido de encontro àquilo que eu entendo e tal. Mas não. Eu precisava ter uma ideia, uma ideia do que eu tinha de material. E por acaso, assim, aleatoriamente, eu escolhi esse 59, que agora, eu nem estou me lembrando exatamente da onde é. Acho que é da Reciclázaro.

Mirian: Cecília. Cecília, só um instantinho. Assim, eu entendo que você tem várias dúvidas. Eu gostaria de terminar essa parte do histórico.

Cons. Cecília: (incompreensível) eu estar aqui.

Mirian: Facilite o entendimento. Quando eu terminar, a gente abre para dúvidas, esclarecimentos? Talvez fica melhor, porque aí, eu vou contar todo o processo. Talvez até algumas dúvidas já sejam sanadas. Tudo bem? Então, dos 66, tirando esses 5 que não apresentaram a documentação para enquadramento dos projetos, ficaram então, 61 projetos. Que foram então, analisados pela CAV. Destes 61, 5 foram para a AMLURB, que é a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, pois apresentavam questões inerentes àquela autarquia, e que estão em fase de análise. São eles, número 25 - Parcerias e Soluções, Gestão local para viabilizar a coleta seletiva na cidade de São Paulo, do Instituto GEA Ética e Meio Ambiente. Número 26 - Mobilização pela Arte, do Instituto JEA também, Ética e Meio Ambiente. Número 29 - Apoio à Coleta Seletiva no Jardim Jaqueline e a Central de Triagem do Butantã, da FUSP, TCP, USP. Número 34 - Transformando Madeira, da ASAJAP – Associação de Moradores do Jardim Petrópolis e dos Estados. E número 61 - Composta São Paulo, do Instituto Cairós, Ética e Atuação Responsável. Então, esses 5 a gente solicitou o parecer, a manifestação de AMLURB, eles ainda estão em análise. Dos 61, 5 foram para a AMLURB, e um foi para análise da Assessoria Jurídica da Secretaria. Encontra-se em fase de análise pela DPP 2. Eles responderam agora, no final dessa semana, que é o número 63 - Modelo para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nas Escolas da Associação Ubatuba. E também ainda está em análise pela CAV. Então hoje, nós temos a conclusão da análise de 55 projetos. Destes, 37 foram considerados pela CAV como não recomendados. Restando 18 projetos que foram objetos de solicitação de esclarecimentos, ajustes. Destes 18 projetos, 4 foram considerados desistentes, pois não responderam as solicitações no prazo estipulado. Então restaram 14 projetos que serão objetos de apreciação deste CONFEMA. E aí tem uma tabela com a síntese das notas dos projetos avaliados. Não sei se é o caso de ler a tabela. Só para vocês terem ciência, enfim. Mas o que ficou tirado como estratégia para hoje, é que fosse apreciados e deliberados os projetos que tiveram as complementações, os ajustes, com a avaliação, já com o parecer final da CAV. E, nas próximas reuniões, a gente definir as próximas votações dos projetos. Mas sempre a gente vai tomar esse cuidado de enviar antes, para vocês poderem ler, que foi um pedido até de vocês mesmos, que a gente também concorda que vocês têm que estar mais fundamentados, para vir para essa apreciação e deliberação.

Cons. Cecília: Então a minha dúvida é o seguinte: se CAV não recomendou, a gente não pode recomendar?

Coordenadora Helena Magozo: Vocês é que deliberam, mas sempre com subsídio da CAV.

Mirian: O CONFEMA é soberano.

Coordenadora Helena Magozo: É o seguinte: a CAV, ela tem a função de estar fornecendo os subsídios técnicos. Ela não delibera. Quem delibera é o CONFEMA. Um projeto pode ser recomendado pela CAV e não aprovado aqui. E pode ser não recomendado pela CAV e solicitada reavaliação justificada do CONFEMA. Quando não

recomendado pela CAV, automaticamente não pode ser aprovado. Mas o CONFEMA pode pedir os elementos... as complementações, os elementos que deem segurança para a sua avaliação. E passa pela CAV necessariamente outra vez. Quer dizer, é outra posição do coletivo, que tem essa competência deliberativa. Aí vocês solicitam e passa pela CAV antes de voltar de novo . A deliberação é aqui, Cecília.

Cons. Cecília: Helena, existe a possibilidade de ter um projeto que eu considero assim, médio. Ele não é totalmente ruim, mas também não é o melhor, por exemplo. Existe a possibilidade de que... porque a gente tem um montante de verba a ser distribuída. Então esses projetos, que vamos dizer assim, que a gente tem...

Coordenadora Helena Magozo: São 3 milhões de reais que estão disponibilizados para esse edital.

Cons. Cecília: Ou seja, a gente tem a possibilidade de deixar alguns projetos para decidir depois dos outros?

Coordenadora Helena Magozo: Tem.

Cons. Cecília: Por exemplo, a gente vai decidindo aqueles que a gente não tem dúvida...

Coordenadora Helena Magozo: Olha, vocês estabelecem. A nossa proposição... porque eu estava preocupada, muito preocupada, com a questão da gente já ir encaminhando os convênios. Não todo o montante foi coberto por esses projetos recomendados. Está bem aquém do montante recomendado. Porque temos que considerar os critérios técnicos , de viabilidade dos projetos. Agora, é desse Conselho, que sairá a deliberação. Quer dizer, o Conselho pode definir que até projetos recomendados, ele não se sente justificado, com segurança para recomendar. É decisão do Conselho. Nós estamos abertos. Essa é uma proposta de avaliação que a gente está fazendo. Agora, a gente tem de acolher o que vocês determinarem. Mas aí, passa para a complementação, para a CAV de novo, e retorna aqui. No caso de não recomendado. Nos casos do recomendado, já existem os subsídios técnicos.

Rita: Eu só queria na verdade explicar...

Coordenadora Helena Magozo: Se apresente, Rita.

Rita: É Rita, da DPP. Eu trabalho com a Mirian, e eu também fiz parte da CAV. Só queria ressaltar, na verdade, que nós somos 17 membros da CAV, e houve uma tabela onde nós pontuamos o critério de análise a uma pontuação. Com peso. Em cima da metodologia, do diagnóstico, dos resultados esperados, do público alvo, a que esse projeto se destinava, e também, da continuidade do projeto findado os recursos do FEMA. Então, todos esses projetos que foram analisados, tanto os recomendados quanto os não recomendados, eles foram criteriosamente analisados por todos os

membros da CAV, apresentados em todas as reuniões, coletivamente, dessa comissão, e discutido a questão das notas: : *"Olha, a metodologia eu pontuei dessa forma, o que vocês acham?"* A gente revia esse projeto. Quando não havia consenso, retornava para discussão. Então assim, eles foram exaustivamente discutidos. Só ressaltando isso que a Helena colocou, os que restaram recomendados com ajustes, na verdade é que seriam os prioritários para essa reunião, para a gente conseguir alcançar, ainda nessa gestão, a assinatura do convênio. Então assim: todos os pareceres serão lidos, os cinquenta e poucos pareceres. Então assim, se vocês concordarem de lermos os pareceres recomendados, iria facilitar até a gente conseguir, ainda esse ano, tentar fazer o convênio. Porque nós temos aí, mais umas três ou quatro reuniões do CONFEMA, para dar conta dessa leitura.

Cons. Gilmar: Só para complementar um pouco a questão da Cecília, que passe a questão de infraestrutura, que é uma dificuldade que nós temos, todos, já há muito tempo, a recomendação que a gente tem feito nas outras gestões, é que, exaustivamente, o mérito de um projeto também seja valorizado. Porque às vezes nós encontramos, realmente, dentro de uma tabela que é necessária, com uma pontuação que o método do projeto... O projeto é fantástico, você já deve ter topado com isso, o projeto é bom, a instituição até que é razoável, mas por uma dificuldade de gestão do edital, da apresentação, esse projeto vai... Então, no passado, o que a gente fez? Um ou outro projeto que a gente possa julgar o mérito, e percebe que o projeto tem consistência, que ele deveria ser aplicado, etc., etc., que a gente faça exaustivamente, a tentativa de salvação desse projeto, que eu acho que a Cecília está tentando falar.

Cons. Cecília: Isso.

Cons. Gilmar: Não é isso?

Cons. Cecília: Eu achei bem isso mesmo. Porque eu acho que o conceito que está por trás da nossa ação, ele... Eu acho que a gente tem que partir do pressuposto que existe um problema de resíduos sólidos. E que se existe um parceiro que está lá, querendo fazer uma ação que a gente acha que é boa, então a gente tem que ajudá-lo a resolver as dificuldades no sentido de conseguirmos que aquele projeto que tem um conteúdo de maior mérito... Porque eu vi alguns projetos... Inclusive, eu queria trazer à discussão do Conselho, uma coisa que me chamou a atenção. Hoje, uma impressora custa R$ 240,00, R$ 280,00. Eu pago 2 cartuchos, é quase R$ 200,00. Então com que critério a gente está diferenciando bens de consumo que podem ser comprados, os cartuchos, o papel, e não pode ser comprado a impressora. Então a gente tem que rever. Porque alguém lá propôs... Porque outra dificuldade que me chamou a atenção, e eu acho que o Conselho, ainda mais em se tratando de educação ambiental, eu lhes pergunto: um computador é R$ 1.700,00. Um aluguel é pelo menos R$ 2.400,00 em todos os projetos que eu vi. Então, gente, eu vou querer comprar esse computador e alugar, sabe por quê? Nada, em nenhuma aplicação que eu colocar R$ 1.700,00, vai me render tanto dinheiro em um ano. Então a gente está aprovando... Olha só que absurdo. Eu acho que essas questões,

esses quesitos aqui, têm a ver com educação ambiental e têm a ver com resíduo também. Então, eu acho assim, como a gente está aprovando um aluguel de um equipamento, por pelo menos R$ 2.400,00, que eu vi propostas até de R$ 3.000,00 ou mais, de aluguel, quando o equipamento em si vale... Então, eu acho assim: se existem restrições jurídicas para isso, eu proponho aos meus colegas Conselheiros que pelo menos a gente faça uma... como se fala? Uma colocação, depoimento, uma menção, uma moção, não sei como se fala, para que essa questão seja reavaliada. Porque com o tempo, as coisas mudam. Equipamento...

Coordenadora Helena Magozo: Cecília, vamos em frente?Quando, num projeto em análise,houver esse item presente, avaliamos.

Cons. Cecília: Todos têm.

Coordenadora Helena Magozo: Não. Absolutamente.

Rita: Deixa eu esclarecer uma coisa: na verdade, o...

Cons. Cecília: Todos têm aluguel de computador. Todos os projetos.

Rita: Posso esclarecer? Na verdade assim, esse edital proibe material permanente. Aquelas entidades que colocaram aluguel, eles foram vetados. Então, foram vetados e colocados que o edital não previu a questão do material permanente. Nenhum projeto foi aprovado quando se tratava de aluguel. .

Coordenadora Helena Magozo: Aprovados não. Recomendados.

Rita: Desculpa. Recomendados. Então assim, não existiu, nesta fase, nós analisamos, projetos que foram recomendados com aquisição de material permanente. Os que estavam com o aluguel, foram aqueles que tinham aluguel esporádico. Por exemplo, que tinha aluguel de data-show para um evento. Se ao longo do projeto a entidade colocou aluguel, ao longo dos 12 meses ou dos 18 meses, foi pedido para retirar esse item. Então assim, você não vai encontrar, a menos que tenha passado algum, por engano, mas isso foi vetado. Então assim foi pedido que a entidade, nos ajustes, retirasse esse item.

Geraldo: Uma questão também... Eu queria fazer uma questão de encaminhamento para... É só o seguinte. Assim, acho que talvez fosse interessante, antes da gente fazer a discussão dos projetos, vocês também esclarecerem os critérios de avaliação e a construção da tabela de pontuação. Porque isso acho que ajuda a gente a entender o porquê. Porque acho que têm questões que estavam previstas no edital, que poderia ser retomado. Por exemplo, se essa é uma questão do edital, talvez não possa aqui, nem a gente deliberar pelo contrário. Porque o edital já estava prevendo. A não ser que a gente faça alguma alteração no edital. E eu pergunto se seria possível isso, a gente fazer alguma alteração. E aí então seria, acho que talvez, interessante, antes da gente fazer essa discussão, assim: qual o critério? Porque essa tabela foi construída por vocês.

Então quais os critérios e os pesos que foram colocados? Porque tem um que é peso 5, peso 3... Qual foi o critério de estabelecer, dentro do projeto, essa diferenciação de pesos e as notas, que foram atribuídas a cada um. Até para a gente poder entender, esse projeto teve uma avaliação boa por conta da CAV, ou teve uma avaliação regular. O que diferenciou, na construção e na aplicação das notas, para a gente poder entender.

Cons. Alexandre: Só uma proposta de encaminhamento também. Concordo com a proposta do Gilmar, da Cecília, quanto aos projetos que porventura estejam não recomendados e que a gente acha que tem o mérito, também identifiquei alguns. Mas eu também concordo, acho que para a questão de encaminhamento. Se a gente puder começar pelos projetos recomendados e pelos pareceres, eu acho que a gente caminha, porque os 50, provavelmente a gente não vai conseguir discutir esse ano, com as complementações que serão necessárias. Então, pelo menos esses 14 iniciais, a gente encaminhar. E na medida que a gente for, também, encaminhando as complementações dos demais projetos que a gente considerar necessário, acho que seria um bom encaminhamento. E quanto às restrições, por exemplo, essa questão do aluguel, do material permanente, eu concordo também com a sua preocupação, do uso eficiente do dinheiro público, mas nesse momento, acho que a gente não vai conseguir discutir isso. Acho que a gente vai ter que ser, como você mesmo falou, uma moção, uma posição nossa para se discutir para os próximos editais. Como pode ser mais eficiente, o uso desse recurso público? Só que agora, com o edital já publicado, tudo já em avaliação, a gente não vai conseguir rever isso.

Coordenadora Helena Magozo: E é o que eu queria esclarecer. O porquê que nesse edital surgiu essa questão do não permanente, não é? Porque o permanente está dando toda aquela confusão de no final ter que ser doado de volta para a PMSP e é uma questão complicada para o próprio projeto e para a PMSP, para uma adequação do equipamento à necessidade do serviço. Mas por que também adotou-se esta direção? Porque dentro da política nacional de resíduos, tem sempre prevista a questão das parcerias. A importância dos parceiros. No edital, no conceito do edital, estava prevista, como importante, a busca de parcerias que está sendo constatando, em vários fóruns, ser dificílima até o momento. Mas um elemento presente na política nacional, então, que se estimulasse as organizações para que buscassem parceiros. Ou na própria estruturação, ou buscassem parceiros, para o computador e tal. E a logística reversa.Então é esta a questão que determinou isso. Não foi porque sim ou porque não. Quer dizer, porque tinha uma base na própria política nacional, e porque administrativamente também tem uma complicação grande no município, em relação ao permanente. Então como casou com a política, pensamos: *"vamos valorizar o que está colocado, para deslanchar."* A gente percebe que ainda tem muito para caminhar. Mas a intenção, a motivação foi essa. Então vamos fazer o seguinte: quais os Conselheiros que concordam com a proposta que a CAV trouxe, o DPP trouxe, de começarmos pelos projetos recomendados? Quais Conselheiros que concordam com isso? Levantem a mão, por favor. Você, Alexandre, concorda ou não?

Cons. Alexandre: Em começar pelos recomendados.

Coordenadora Helena Magozo: Com os recomendados. Concorda. Então a Cecília não concorda, não é Cecília? Então por 4 votos a 1, a gente vai por essa metodologia.

Otávio Prado: Oi. Otávio Prado, eu trabalho no DPP. Eu vou explicar rapidamente de onde surgiu essa tabela de pontuação, por que ela existe, e a questão dos pontos. Essa tabela foi um desenvolvimento que nós fizemos no DPP, ao longo de todos os editais que a gente avaliou. Isso começou lá pelo edital 3, 4, 6... o 7 não especificamente, 8 até o 9. Essa tabela foi fruto do desenvolvimento da política que a gente tem de avaliação. Ou seja, uma forma de otimizar a avaliação e mostrar os pontos principais. A partir de certo ponto, em consulta com o jurídico de SVMA, foi sugerido que essa pontuação fosse feita de uma outra forma do que ela era feita antigamente. Porque vocês lembram no edital 7, para quem participou era bom, regular, e não é uma pontuação vamos dizer, quantitativa. Essa daí já é quantitativa. O que a gente atribuiu ao longo do tempo, foi a questão dos pesos. E os pesos tem o sentido em termos do que a gente acha mais importante avaliar. Usando como exemplo a capacidade de trabalho, esse item 3, Mirian, você pode subir só um pouquinho. Esse item 3. Não. Não. Desculpa. Não. Um pouco mais para baixo. É. Para ver o 3 inteiro. Esse item 3 inteiro. Isso. Vou mostrar um exemplo do que é esse critério de pontuação. Todos esses itens que estão aí são os itens que estão no edital. Obrigatoriamente devem ser apresentados nos projetos. O peso que está atribuído aí, ele é advindo da questão, na avaliação, por exemplo, nesse item, capacidade e experiência de trabalho da proponente, nós consideramos que é muito mais importante ter uma qualificação, experiência da equipe técnica, do que uma proponente, a experiência da proponente da instituição. Por quê? Às vezes, pode ser uma instituição que tenha uma experiência um pouco menor naquela área, mas contratou uma equipe técnica muito boa. Então ela está alavancando a experiência da própria proponente. Então a gente coloca esse critério de peso no que seria mais importante. Dentro dos critérios que foram definidos para a contemplação de financiamento pelo FEMA. Isso vem de uma história. Porque a gente se propõe. Esses pesos não estão jogados à toa. E os pontos que são dados, Mirian, a gente tem que ir lá no final da tabela para eu explicar os pontos. Eles têm uma lógica, aqui. Quando é zero, é porque tem formação não existente. Não tem absolutamente nada. O fato de ter um zero deveria desclassificar o projeto. Por quê? Porque ele não cumpriu termos do edital. Não é que ele não propôs. Porque quando você tem o edital, isso é legal. É jurídico. Se no edital consta que é obrigatória a apresentação daquela informação, e ele não apresenta, ele não cumpriu os termos do edital. Ele tem que ser desclassificado. Por isso que aqueles cinco projetos foram desclassificados. Não é porque a gente não quis. É porque eles não cumpriram os termos do edital. Isso é uma discussão que nós tivemos com o jurídico de SVMA, eles falaram: *"se o projeto que não cumpriu os termos do edital, ele for refeito, ele é ilegal, porque ele não cumpriu o edital. O edital diz claramente que ele tinha que apresentar orçamento. Ele não apresentou, não adianta apresentar depois. Ele não cumpriu."* Por isso que a gente dá pontuação zero. Quando é pontuação 1, isso serve para referência para vocês, na avaliação. É que a gente considerou as informações insuficientes, pouco

claras ou tecnicamente não adequadas ao item avaliado. Nesse caso, pode haver uma complementação, um pedido de complementação. É diferente do zero. O zero não tem o item. Quando é o 2, a gente considera informações claras e suficientes para entendimento do item solicitado, entretanto atendendo parcialmente o item avaliado. Nesses dois casos, 1 ou 2, que entram aquelas avaliações, que são os pedidos de complementação. Quando é o 3, a informação é suficiente, clara e adequada. Não tem o porquê pedir complementação, se a informação já é considerada adequada. Por conta disso, foram feitas aquelas notas de corte. Preciso dizer claramente. Esse é um critério da CAV. Não é um critério do CONFEMA. Isso serve para avaliação da CAV. Na nota de corte, nós consideramos que eles não atendem o critério de seleção, se obtiver a pontuação abaixo de 50%. Porque a gente entende que eles não são tão... Eles não estão dentro nem da média. Estão abaixo da média dos demais projetos. E se ele obtiver zero em qualquer um dos subitens, também é uma nota de corte. Principalmente porque ele não cumpriu os termos do edital. Que aí, já é uma questão legal. Então, essa tabela foi feita nesse sentido. Para facilitar a avaliação. Então por conta delas, quando vocês forem avaliar os projetos, podem ver, no item, se aquela determinada informação daquele item, ela foi bem colocada pelo projeto ou não. Então os que tem pontuação mais alta, em geral são aqueles projetos mais completos, mais fáceis de entender. E os que exigiram aquelas complementações são os que não têm esses critérios todos.

Conselheiro Geraldo: Então é importante que vocês nos passassem isso, como o (incompreensível) colocou. Acho que foi bem colocado, porque isso facilita também o nosso julgamento.

Otávio Prado: A ideia é essa.

(falas sobrepostas)

Orador não identificado: Ah, o critério de avaliação? Porque assim: têm as tabelas com os pontos, mas é importante a gente entender qual foi o raciocínio que vocês tiveram para a construção desta tabela. Porque quando você diz assim: *"olha, o que teve..."* quando a gente considerou zero, é porque não atendia alguma questão do edital. Então a gente sabe que naquele item o zero vai significar não atendimento. O 1 e o 2, é o que foi pedido complementação. Porque aí, a gente também vai entender o seguinte: aqueles que têm corte de 50%, que tinham menos que 50% é que foram cortados também. Então, qual é a pontuação máxima que você poderia atingir, para poder cortar? Porque o que dá para entender é o seguinte: porque o que é importante para fazer essa avaliação? Os pesos que vocês distribuíram, o que vocês consideraram mais importante na apresentação do projeto, de um total de pontos, como que está distribuído esse critério? O objetivo é mais importante, ou... era isso... Acho que era isso que precisava deixar claro, para a gente poder entender o raciocínio que vocês tiveram.

Otávio Prado: Na verdade, isso foi discutido com todos os membros da CAV. A gente fez reuniões sobre isso. A pontuação, no fundo, reflete a preocupação na criação do edital, que é mais importante, dentro do olhar da CAV, está mais pontuado. Mas isso foi

feito em conjunto. E no fundo, assim... a única coisa que eu queria deixar claro, frisado, é assim, que o que é limitante mesmo, em um projeto, é a pontuação zero. Porque ele não cumpriu o edital. E se ele não cumpriu o edital, ele tem que ser desclassificado. Qualquer edital faz isso. Se ele não cumpre o termo do edital, ele é desclassificado. Ele não pode entrar depois. Mesmo porque seria injusto com as demais. Porque outra entidade...

Coordenadora Helena Magozo: Porque na realidade, algumas entidades, por exemplo, que me procuraram, e falaram *"Helena, infelizmente eu não entrei no edital, porque eu não consegui fazer o orçamento."* Então, ele não entregou porque.atendeu a uma regra do edital. Respeitou um item do edital. De repente, tem as entidades que, eventualmente, não apresentam orçamento, que é uma coisa árdua, muitas vezes, para a gente estar fazendo, e é classificada. E a questão do orçamento é um item limitante e importante, também.

Cons. Cecília: Agora, é nesse sentido que só que entre esses dois casos que você colocou, existem casos intermediários. Por exemplo, nesse caso do Reciclázaro, ele pôs o montante, o orçamento, que eu achei assim... R$ 32.000,00, é o que ele pediu ao FEMA, e para fazer a documentação, a gente sabe que é uma ONG que trabalha com pessoas, eles querem regularizar a situação das pessoas. Comparativamente a todos os demais projetos, eles pediram... É pouco o que eles pediram para fazer uma coisa que é importante. É bem colocado, o que eles colocaram ali, então, não é que eles vão mudar o valor total. Já está definido lá, R$ 32.000,00. Então, eu vi o projeto, eu até achei que tinha orçamento ali.

Coordenadora Helena Magozo: Mas depois a gente pode retomar... Você pode retomar. Vamos retomar depois, o Reciclázaro. Ou outros que os Conselheiros acharem importante retomar. A gente conversa especificamente do começo ao fim.

Mirian: Helena, então a ideia agora, Conselheiros, é que a gente passasse então, para a apreciação dos... São 14 que foram pedidos complementações, 4 foram considerados desistentes. A gente começaria então com esses 10 que foram recomendados pela CAV. O parecer, Helena, ele está aí. Você quer ler ou você quer que eu leia?

Coordenadora Helena Magozo: Pode ler. Pode ler.

Cons. Cecília: Quais foram os quatro retirados?

Mirian: Os quatro projetos?

Cons. Cecília: Um foi o 5, que eu já soube.

Mirian: Espera aí que eu já acho aqui. O projeto número 8 - Escritório Agregador do Gaspar Garcia, foi considerado desistente. Não apresentou as complementações. O projeto número 58 - Eco Design de Caçamba, Arte em Pneus.

Cons. Cecília: Qual?

Mirian: O projeto número 58: Eco Design de Caçamba.

Cons. Cecília: Mas eles não estavam nos recomendados? Nem o 8, nem o 58.

Coordenadora Helena Magozo: Exatamente, porque os recomendados, eles atenderam, no ponto de vista da CAV, as complementações solicitadas. Se essas entidades não apresentaram a complementação, elas são consideradas desistentes. Então elas não são recomendadas, Cecília.

Cons. Cecília: Mas a Rita me falou que o 5 era um recomendado.

Rita: O 5, (incompreensível), ele estava recomendado, foi para ajustes, depois dos ajustes, a CAV não recomendou.

Cons. Cecília: Ah, entendi.

Rita: Certo? Então é assim, no rol dos ajustes, foram 18 projetos, 4 foram desistentes. Restaram 14. Dos 14: 5, 6, 7... então aí você segue a listagem que a gente passou, dos 18, 14 desistiram.

Coordenadora Helena Magozo: 14 não. 4.

Rita: Aliás, desculpa. Dos 18, 4 desistiram.

Cons. Cecília: Ah, está bom. Então esses quatro...

Rita: Não entregaram o que a gente pediu como solicitação.

Cons. Cecília: Os ajustes.

Coordenadora Helena Magozo: Dos 14 que foram avaliadas pela CAV, as complementações. E desses 14 que a CAV avaliou a complementação, manteve a recomendação de 10.

Cons. Cecília: 10. Era isso que eu queria saber.

Coordenadora Helena Magozo: Isso.

Rita: Dos 10, quais são eles? Eu acabei de passar uma listagem para vocês, do quadro com o número dos projetos. Na primeira tabela ele está ordenado de 1 a 71, e na segunda tabela, é uma tabela que se chama Tabela Ordenada por Notas. Está começando do zero, de notas, e está indo até o máximo que é 188, onde constam os 10 a que nós estamos nos referindo. Ou seja, em ordem de pontuação, o 15 - Fortalecendo Catadores, do Observatório Ambiental, que obteve 188 pontos. O 7 - Programa Social da Mokiti

Okada, Programa Socioambiental. O 68 - Geração Reversa, da ProScience, 186. O número 50 – Desenvolvimento de Capacidades Organizacionais, que é o Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste, 183. O número 40 - Consumo Sustentável, da Fundação 5 Elementos, 183. O número 52 - Bolsa Cop, da ABS, 182. O 27 - Eco Criar, da Organização Social Santa Catarina, 181. O número 6 - Gênios do Futuro, da Liga Solidária, 176. O 41 - Parque é Lugar de Educação, do Alma, 154. O número 54 - Fórum Verde, Mudança de Cena, 151. Então esses são os 10 que restaram como recomendado. Então assim, a sugestão seria iniciar pelo número 15, Fortalecendo Catadores, do Observatório Ambiental. Quem vai ler o parecer é a Odete.

Odete: Bom dia. Eu sou a Odete, trabalho no DGD - Divisão de Gestão Descentralizada, lá na região sul, na Sul, que abrange as subprefeituras de M'Boi e Campo Limpo. E o Observatório Ambiental apresenta esse projeto para aquela região. É lá no Jardim Ângela e Jardim São Luiz. O valor total do projeto é de R$ 149.998,00, com a contrapartida de R$ 15.000,00 e o FEMA, R$ 134.998,00. Eles abrangem as quatro linhas temáticas, porque eles vão trabalhar com a organização dos catadores avulsos e algumas cooperativas existentes na região. O projeto, localizado na zona sul da cidade de São Paulo, pretende dar continuidade e ampliar as ações que foram desenvolvidas junto aos catadores e catadoras de materiais passíveis de reciclagem, do projeto Cooperando com o Meio Ambiente. Então eles tiveram um projeto aprovado no... Eles não. O FEMA aprovou um projeto com outra organização chamada Cooperando com o Meio Ambiente naquela região, e esse tem o objetivo de dar continuidade, para fortalecer a questão da rede de venda, da fidelização etc. Então eles vão fazer esse trabalho na região da Cidade Paiva, Jardim Aracati, Vila Calú, Jardim Capela, e da Coopergaia, no Parque Santo Antônio, de maneira que comercializem seus materiais em rede solidária, contribuindo para a implementação da coleta seletiva, visando sua minimização, redução e reciclagem dos resíduos sólidos, com promoção da inclusão social e da qualidade ambiental, sendo parte integrante da política de resíduos sólidos. Os pré-requisitos - enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal de meio ambiente e educação ambiental, nas leis do sistema nacional – SISNAMA, na legislação ambiental vigente, a Lei dos Resíduos, e também como diretriz, Prioridades e Programas de Alocação de Recursos do FEMA estabelecidos pelo CADES. O projeto atende aos pré-requisitos acima, enquadra-se nas diretrizes estabelecidas para o ano de 2012, constante na resolução número 146/CADES/2012, de 26 de março de 2012. E aqui está a pontuação deles. Então cada item do proposto de pontuação, eles foram para ajustes. Aí, nos ajustes, eles conseguiram atender e a pontuação deles, máxima, foi aquela obtida. Vocês querem que leia item por item? O projeto, ele é assim. Vai ser superimportante naquela região, que é uma região, principalmente, que está em área de proteção, uma parte está em área de proteção aos mananciais, e eles têm uma dificuldade muito grande de organização. O projeto Fortalecendo Catadores e Catadoras do distrito de M'Boi Mirim pretende dar continuidade e ampliar as ações que foram desenvolvidas junto aos catadores e catadoras de materiais passíveis de reciclagem, do projeto desenvolvido lá no ano de 2011. Esse projeto teve um primeiro momento de capacitação, de formação desses

grupos, e tal. Hoje, seria mais fortalecer esse grupo, no sentido deles se constituírem enquanto cooperativas. Que têm alguns que já têm a cooperativa constituída, têm outros que ainda não. São catadores avulsos, e tal. Então poderá contribuir com o fortalecimento dos grupos e indivíduos que trabalham com a coleta seletiva na região de M'Boi Mirim, de maneira que comercializem seus materiais em rede solidária, contribuindo para a implementação da coleta seletiva, visando sua minimização, redução e reciclagem dos resíduos sólidos, com promoção da inclusão social e da qualidade ambiental, sendo parte integrante da política pública de resíduos, o que será de grande relevância para aquela região. As estratégias de participação da comunidade são bem planejadas, onde irão envolver as equipes das UBSs locais, os agentes comunitários de saúde, as APAs, as cooperativas de catadores já existentes. E eles fizeram todo um diagnóstico, e nesse diagnóstico, eles conseguiram incluir todo esse pessoal no processo. Planejamento e execução das atividades. Então, todo o processo de planejamento, execução, organização, vai ser feito juntamente com esses parceiros: saúde, os parceiros locais, mais os catadores e as cooperativas. Então, acho que é isso. Além da participação na rede, eles vão trabalhar com a comunidade também, no sentido de melhorar a qualidade dos resíduos coletados, e a fidelização na questão da entrega do material reciclável. Nós pedimos algumas complementações. Então, primeiro, descrever detalhadamente a forma de garantir as parcerias e a continuidade dos trabalhos das cooperativas e catadores avulsos. Eles atenderam essa complementação. Substituir, ao longo do projeto, o termo cesta básica por ajuda de custo, porque eles colocaram lá, o termo cesta básica. Cesta básica, porque têm alguns catadores avulsos, que para eles integrarem em uma rede, eles precisam ter a garantia. Então eles iam dar a cesta básica. E eles estavam colocando como cesta básica, a gente colocou para mudar para ajuda de custo. Isso foi atendido. Confirmar se a equipe técnica indicada no projeto permanece a mesma, eles também confirmaram. Só que aí assim: eles haviam colocado um educador ambiental como contrapartida, e colocaram salário e tinham colocado locação de sala. A locação de sala não é prevista no edital. Então nós pedimos um ajuste, e aí eles transferiram o recurso da locação de sala para o educador, e a gente pediu para rever isso também, porque não pode. Eles não poderiam alterar o edital. Então esse foi o único item que ficou ainda, um pouquinho pendente. Caso a entidade tenha projeto custeado pelo FEMA, justificar qual é o diferencial, também foi atendido. A comissão técnica de avaliação informa que não é permitida a participação de membros da diretoria da entidade proponente como equipe técnica, eles também atenderam. Que não tem ninguém na direção. Apresentar temática e conteúdo programático das oficinas, dos cursos, dos seminários, das palestras, especificando carga horária, semanal e mensal, eles fizeram todo o cronograma. Apresentar cronograma financeiro detalhado mensalmente, e recurso do FEMA, também foi apresentado aí. Está bem detalhadinho. E aí, após a avaliação dos ajustes, conclui-se que o projeto, ele é recomendado, ele atende aos critérios e a gente manda para avaliação dessa comissão, para dar o parecer final.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis então, à aprovação do projeto Fortalecendo Catadores e Catadoras do

Distrito de M'Boi Mirim, apresentado pela Instituição Observatório Ambiental, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O segundo projeto, eu tinha uma sugestão. Como nós mandamos os projetos para leitura dos conselheiros, que fosse mais sucinta a apresentação, e aberta para os Conselheiros, qualquer dúvida que eles tenham. Está certo? Então a gente passa a adotar essa sistemática, ok?

Cons. Cecília: Depende, porque alguns, eu acho que pode adotar, por enquanto, mas só que teve alguns que eu não consegui...

Coordenadora Helena Magozo: Está bom. Aí, quando for o caso, você coloca e a gente atende a necessidade do conselheiro ou conselheira, de orientação. Agora o Programa Socioambiental, Fundação Mokiti Okada. Então vamos fazer o resumo do projeto, identificar o resumo, certo? A conclusão, e abrimos para o Conselho. Você se apresenta, por favor.

Ana: Bom dia. Eu sou a Ana, coordenadora de biodiversidade, do DGD Sul 3, território que compreende Capela do Socorro e Parelheiros. Estou com um projeto cujo título já é o projeto em si, praticamente. Programa Socioambiental para Utilização de Resíduos Sólidos como Tecnologia para Geração e Ocupação de Renda, na Bacia Hidrográfica de Guarapiranga, com foco na população em vulnerabilidade social da região de Parelheiros, da Fundação Mokiti Okada, um projeto que tem duração de 15 meses. No resumo do projeto, a linha temática deles é de economia solidária, e o resumo do projeto consiste em: o projeto objetiva formar 15 beneficiários para desenvolver artesanato, com materiais como pet, Tetra Pak, alumínio e retalho de tecido através da técnica de patchwork. Os beneficiários receberão também curso de paisagismo, de avivar a percepção, além de orientação para formação de associação e comercialização desses produtos. A escola parceira, uma escola estadual próxima da região, receberá instruções também, para iniciar coleta seletiva e destinação de óleo de cozinha, além de preparar para compostagem dentro da própria escola. Um projeto muito, eu diria, impecável, do ponto de vista do que tem escrito. Então com pouquíssimas complementações, e aí, na conclusão, a gente colocou como síntese da avaliação: a equipe técnica é diversificada, experiente e qualificada para realizar o projeto. Os beneficiários terão potencial para agentes multiplicadores, e o projeto desenvolve a economia local e participação. No entanto, a comissão julgou pequeno o número de beneficiários diretos. Entendemos que 15 pessoas para um edital de R$ 135.000,00, a gente gostaria de entender o escopo do projeto, e se esse número seria passível de alteração, de aumentar. Bom, aí, na relação das complementações solicitadas, não tinha ficado claro, eles não escreveram no projeto, a linha temática. Foi atendido. Item 2 - Apresentar o anexo 4 conforme o modelo do edital, especificando os itens referentes à contrapartida: recursos humanos, material, etc. Esclarecer como se garantirá a permanência dos beneficiários no projeto, e o que será feito caso haja desistência. A Mokiti Okada atendeu esse pedido. Eles mandaram a relação, nome completo, endereço, telefone de todos os beneficiários. Ou seja, eles já têm todos os 15 participantes em mãos. E também, eles garantem no seguinte sentido: como a ideia é de trazer uma associação, criar um associativismo,

imagina-se que o número de associados tenda a aumentar, à medida em que o projeto vá caminhando. Então, à medida em que esses associados ganham suas novas técnicas, e comercializem seus produtos, isso mesmo vai ser um chamariz, vai ser um elemento atraente aí, para outros novos participantes. No item 3 os anexos 3 e 4, rever o valor homem/hora dos profissionais da equipe técnica, pois julgou-se que os valores estão acima do padrão estabelecido pela SVMA, ora publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Então a gente achou os valores um pouco altos, e eles argumentaram com o fato de que esse... Do momento que eles mandam o edital até o momento em que eles assinam um convênio, que há a necessidade de se prever que esse valor, ele tende a aumentar, então eles previram, na verdade, a demora de... o intervalo de tempo entre o projeto e a execução do mesmo. Então a gente julgou, acreditou que estava sendo atendido. No item 4 - esclarecer e justificar o número de beneficiários diretos do projeto. Como são poucos participantes, verificar se é possível aumentar o número, que eu já justifiquei aqui, atendido. 5 - esclarecer como se garantirá a permanência dos beneficiários no projeto, e o que será feito caso haja desistência, em vista do número reduzido de participantes. Então, como eu falei, a ideia é amarrar esse grupo de pessoas dentro de uma associação. No item 6 - apresentar cronograma financeiro detalhado mensalmente, e o recurso do FEMA e o recurso da contrapartida, conforme modelo a seguir. Então eles mandaram o modelo. A única alteração aí, que a gente observou... Não. Se bem que não é aqui agora. Esse modelo foi o que a gente propôs. Eles atenderam parcialmente. Por quê? Estava a questão do aluguel, e a contrapartida de alguns materiais. Então, alguns materiais que seriam utilizados para as Oficinas, eles tinham colocado como compra de material, que segundo o edital, não é previsto. A gente fez toda uma consulta com as Finanças, e aí, a gente disse que foi atendido parcialmente, pedindo para que a Fundação readequasse esse projeto. Ou seja, nem impedindo, não dificultando o trabalho deles, mas dizendo como, de acordo com a lei, poderia ser feito esse mecanismo de compra ou de aluguel do material. Isso. Era uma máquina de vinco e o pirógrafo, que eles falaram que iam alugar o material, e a gente explicou que esse material teria que entrar como contrapartida financeira. Então a gente colocou aqui, a entidade transferiu os valores da máquina de corte e vinco e o pirógrafo, na contrapartida como aluguel, em desconformidade com o item 7 do edital FEMA. No entanto, não se faz necessário incluir esses itens como contrapartida, uma vez que o projeto original, o percentual mínimo exigido pelo edital foi atendido. Então, a gente explicou os mecanismos de como proceder nessa ressalva. Item 8 - confirmar se a equipe técnica indicada no projeto permanece a mesma. Sim. Permanece. 9 - Caso a entidade teve ou tenha projeto custeado com recurso FEMA, justificar qual é o diferencial do projeto, ora em análise. No que se refere a público alvo e beneficiários, os objetivos, sustentabilidade econômica e continuidade das ações. Eles estão em andamento do projeto do edital FEMA 8, que é de agricultura. Então por Cecati também, acompanhar esse projeto, a gente percebe que não tem relação direta entre um e outro.

Cons. Cecília: Eu acho, Helena, para adiantar, em lugar de entrar nesses detalhes que ela está colocando. Eu, particularmente, esse projeto eu li... Nem todos eu li, mas esse

eu li. E eu já tenho problema básico de conteúdo. De proposta. Então eu acho que nem carece. Acho que a gente já poderia discutir o conteúdo, para já ir adiantando. Então, eu queria falar o que eu observei, do projeto que eu vi.

Coordenadora Helena Magozo: Eu só pediria então que você lesse, por favor, Ana, a conclusão do projeto para concluir o parecer da CAV. Daí começamos a discussão com os Conselheiros.

Cons. Cecília: Porque se não perde muito tempo.

Coordenadora Helena Magozo: Está bom. Então vamos lá, Ana. A gente vai se ajustando. Os primeiros, são mais difíceis,depois a gente chega no melhor formato. Então síntese da avaliação. Vamos lá, Ana?

Ana: Certo. Na síntese da avaliação, o projeto atende aos critérios de seleção do edital FEMA com as seguintes ressalvas. Excluir os valores referentes à máquina manual de corte e vinco e o pirógrafo, apontados na contrapartida como aluguel, pois está em desconformidade com o item 7 do edital. Não se faz necessário incluí-los como contrapartida, uma vez que o percentual mínimo exigido de contrapartida é de no mínimo 10% do valor total do projeto. Manter os valores referidos na página 01 deste parecer a saber. Valor total - R$ 142.083,14, e do FEMA - R$125.741,57. E contrapartida - R$ 16.341,57. Rever o anexo 3, cronograma bimestral de desembolso. Segundo o modelo especificado no item 6, das complementações solicitadas para a entidade, ver acima e o anexo 4 - Memória de Cálculo por Atividade.

Coordenadora Helena Magozo: Já está lida a síntese. Então vamos para o posicionamento dos Conselheiros. Por favor.

Cons. Cecília: Primeiro, eu acho que fazer um curso de paisagismo não é o que eu acho mais importante com relação a Resíduos Sólidos. Não vejo essa ligação tão imediata assim, de curso de paisagismo. Segundo, ele só propõe curso e ele propõe esse artesanato e a gente também tem bastante experiência de artesanato com material reciclável, e também não acho que é uma proposta, da maneira como ele coloca. Outra coisa, eu vi a lista de material que ele se propõe, ele não fala aonde é que ele vai pegar os materiais recicláveis, para ele poder trabalhar os artesanatos. E ele até propõe a compra de tecido para fazer patchwork. Nossa, eu achei assim: quem quiser ler o projeto... mas eu achei assim: o próprio projeto... ah, e também anotei aqui, a entidade proponente também não tem experiência nenhuma em resíduos sólidos. Não demonstrou, em nenhum momento, ter trabalhado alguma outra vez com resíduos sólidos. Não demonstra essa experiência, é uma entidade de outra área, então eu somei... eu acho assim, que conceitualmente, para esse edital de resíduos sólidos, não é adequado esse projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Os outros Conselheiros, por favor, queriam se posicionar em relação ao projeto?

Cons. Alexandre: Na verdade, nesse caso eu só li o parecer. Não consegui também ler todos os projetos. Li os pareceres todos, mas os projetos eu não consegui... tive esse tempo. Então não tenho... não sei me posicionar a esse respeito.

Ana: Helena, posso pedir a palavra?

Coordenadora Helena Magozo: Pode. Depois dos conselheiros,Ana.

Cons. Gilmar: Bom, eu não li o projeto. Esse projeto, especificamente, não li e conheço a entidade apenas. Ela é uma entidade que eu não sei se é dessa experiência, porque a Mokiti Okada tem outra formação de cursos, de seminários, etc. Conheço assim, dessa maneira. Não tenho essa informação de atuação em campo, ou de alguma coisa parecida. Eu não sei nem se eles atuam lá na região. Atuam? Tem lá uma... Então eu não posso dar uma... eu tenho que observar um pouco isso que você falou, porque realmente eu não li o projeto, não tenho base para discutir o que ela está colocando. Se ela colocou essa informação, talvez valeria a pena a gente se ater a esse projeto, especificamente.

Cons. Cecília: Basta no objetivo mesmo, que a CAV trouxe, já aparece curso de paisagismo. Como é que a gente vai pagar não sei quantos meses de curso de paisagismo?

Coordenadora Helena Magozo: Mais alguma coisa? Geraldo, por favor.

Cons. Geraldo: Não. Também não tenho base, mas eu estou muito preocupado com o que a Cecília levantou. Eu acho que procede. Precisa dar uma espiada mais funda. Eu acho que 15 pessoas, com todo esse aparato para 15 pessoas, mesmo que seja (incompreensível), está meio... Com pouca expressividade. Eu acho...

Cons. Cecília: Um investimento de R$ 145.000,00 para 15 aprendizes, vai dar R$ 10.000,00 para cada aprendiz para um retorno... Eu achei que esse projeto aqui não... Infelizmente... A entidade, achei bem escrito, conforme ela falou eu achei... Achei fantástico, assim, a linguagem é muito boa. Mas infelizmente, eu achei que não é adequado.

Coordenadora Helena Magozo: Ana, por favor.

Ana: Respondendo ao questionamento primeiro, nós também, a CAV, a primeira coisa que se defrontou foi com a questão do paisagismo. Então, supondo que trata-se de resíduos sólidos, por que a questão do paisagismo e de avivar a percepção? A gente entende que são pessoas que se tornarão artesãos, o que foi me esclarecido ao longo da leitura do projeto. Mas que não são artesãos. São pessoas que vão criar técnicas, mas que essas técnicas, elas podem ser aprimoradas a partir da criatividade. Então depois, parando para pensar, imaginei o seguinte: que quando você faz um curso de avivar a sua percepção, ou que você trabalha com a noção de paisagismo, por que não conseguir

conciliar, por exemplo, uma ikebana, que é uma atividade manual tão característica, da Mokiti, com materiais recicláveis? Então eu entendi que uma coisa pode ser complementar a outra. O segundo item que chama a atenção também é com relação ao número de participantes, mas devo ressaltar que esse é um trabalho cuja linha temática é economia solidária, ou seja, o desenvolvimento da economia local, em prol da qualidade de vida daquela determinada região. Então, dentro do que eles apresentaram como os projetos, os cursos de capacitação dentro da economia solidária, então eu acho que eles ganham, principalmente a questão da autonomia, que é algo que a gente discute muito aqui, na relação do projeto. Então como é que eu dou continuidade, como é que se projeta ou caminha por si só, uma vez que o FEMA termina o seu convênio? E aí, a gente percebendo que essa autonomia e esse investimento alto vai ser dado para essas 15 pessoas, elas serão capazes de ser autogestionárias, que é o princípio maior da economia solidária. Então elas vão ser capazes de se autogestionar e conseguir administrar, conseguir acompanhar um grupo. O que mais que chama a atenção também? Quando eles falam da associação com a escola local, a ideia dos materiais é para a escola. Ou seja, o próprio conceito de você criar uma pequena cadeia, um circuito produtivo ali mesmo, em que os materiais são trazidos pelos estudantes para a escola. Esses materiais serão trabalhados, muitas vezes, pelos pais dos estudantes que serão os beneficiários diretos desse projeto, então a gente já tem aí uma pequena cadeia, um pequeno ciclo. E com relação à questão do tecido, inclusive quando a CAV se reuniu e quando apresentei esse projeto, a Maíra que não está aqui presente hoje, porque ela está em licença, ela nos chamou a atenção para o fato de que são gerados diariamente, toneladas de resíduo nesse sentido. Então em relação a todos os demais projetos que foram apresentados, a Mokiti Okada foi a única que se referiu a tecidos, e que chamou muito a nossa atenção. Porque é um resíduo que não está no nosso foco, não está nas lixeiras ali, de material, mas que é um sólido muito intenso. E que por ser o único projeto que se propôs a trabalhar com isso, de repente, nem há necessidade de comprar, considerando que regiões como a Vinte Cindo de Março, ou Brás, são grandes produtoras desse tipo de material. Então não sei se ajuda a entender, mas os questionamentos da senhora, dona Cecília, foram os mesmo que a gente trouxe aqui.

Cons. Cecília: Eu só queria acrescentar na sua fala, como eu sou do segmento de arte e cultura, eu acho assim, o Brasil tem tanto artista, tem tantas rendeiras, tem tanto... como ele vai propor pessoas que nem tem ainda... vai ter que fazer um paisagismo para desenvolver. Nossa tem pessoas sensibilíssimas, que a gente tem que promover essas pessoas que já estão sensibilizadas.

Coordenadora Helena Magozo: Mas vamos atentar para o edital, não é Cecília?

Cons. Gilmar: Eu queria rever só uma coisa. Eu conheço a Mokiti Okada, é uma instituição muito séria, eles têm uma massa crítica intelectual muito boa. E a mim não incomoda muito a questão do paisagismo. Eu acho que a questão do resíduo sólido, ela tem que ter uma questão estética e o paisagismo ajudaria isso, à medida que você tem um olhar sobre... essa é uma percepção minha. Acho que não há muito problema em

relação a isso. Eu daria um voto de confiança à (incompreensível), porque ela argumentou muito bem o seguinte: é uma instituição que tem, inclusive, a nos ensinar. Tem a nos ensinar. É uma instituição japonesa. Eu conheço essa instituição, eles são muito sérios. Não é uma ONG, simplesmente simples ONG. Eu acho que é importante, se a gente tiver que nos ater ao projeto, não simplesmente eliminar o projeto por uma inferência. A gente deveria ser um pouco mais...

Cons. Cecília: Não, mas são 15 .

Cons. Gilmar: Não, a minha opinião é a seguinte, o problema às vezes não é de quantidade, Cecília. A minha opinião é a seguinte: se eles conseguirem pegar 15 pessoas e transformar em empreendedores sociais, para mim está atendido o projeto. Eu acho barato. É a minha opinião. Se você pegar 15 pessoas... Porque nós temos muitos projetos...

Cons. Cecília: Me desculpa, mas tornar essas pessoas artesão, que é a proposta que eu estou entendendo, é tornar essas pessoas artesãs... eu sou de uma comunidade de artesãs, então... Isso daqui, assim, o que vai de progresso em relação... mesmo considerando o tecido, que eu acho que eu vi um outro projeto que trabalhava com tecido. Mas a maneira de colocar, a maneira que eu li o projeto e a proposta de aplicar R$ 140.000,00 nisso, de artesãos... Bom...

Cons. Gilmar: É artesãos ou empreendedor social? Qual é o objetivo do projeto?

Ana: Na verdade, o objetivo é o empreendedor social. O objetivo maior é esse. Tanto que um argumento que a Mokiti coloca, quando a gente questiona a questão dos valores, é uma conta básica que a gente faz, é o montante do projeto dividido por 15. E de repente, você percebe que cada beneficiário está recebendo um quantia bem alta. Mas daí a gente percebe o seguinte, o que a Mokiti argumenta? O princípio da economia solidária não é gerar qualidade local? Para que eu vou pensar na quantidade de pessoas, se eu quero dar subsídios para que ela caminhe sozinha? Então a Mokiti também argumenta dentro desse aspecto.

Cons. Gilmar: Porque a conta, Cecília, que você fez, desculpe falar, mas isso é um projeto de 15 meses, se nós dividirmos 140, dá R$ 10.000,00 por pessoa. Isso dá menos dá menos de mil reais por mês, Cecília, por pessoa. Se fosse contemplado uma pessoa, entendeu, ou não?

Ana: É investimento.

Cons. Cecília: Não, espere um pouco...

Coordenadora Helena Magozo: R$ 125.000,00 o FEMA. Vamos fazer essa conta. R$ 125.000,00 o FEMA, dividido por 15, que dá menos de R$ 10.000,00 por mês. Menos de R$ 10.000,00 por mês.

Cons. Cecília: Gente, espere um pouco. Vamos retomar o conceito. Vai ser 15 meses de curso. É isso que eu entendi desse projeto, do que eu li ali. São 15 meses de curso, e no máximo que vai ter é uma venda solidária. Uma venda do artesanato produzido. Ou seja, eles vão ser empreendedores sociais, eles vão ser artesões. O assunto é, o mercado é trabalhos manuais. Eu acho assim, na questão de resíduos sólidos temos questões muito graves, muito sérias. Pessoas mesmo na rua, pessoas... temos outros projetos. Acho que ser não tivéssemos outros projetos a analisar, talvez, pudéssemos pegar esses 15 aí e ficar transformando esses 15 em empreendedores. Mas acontece que não é isso. A gente tem problemas de catadores, de coleta, de... tem tantos outros... É por isso, Gilmar, que eu coloco para você o seguinte, não é essa questão do resíduo sólido, da massa de lixo, o que nós vamos fazer, o que fazemos com as pilhas? Que eu li projetos que fala de pilha. O que faz com o guarda-chu... tem vários projetos. Eu acho assim, a minha opinião...

Cons. Gilmar: Tudo que você está falando, eu invalido nesse projeto, Cecília. O que você está colocando é correto, corretíssimo. Mesmo assim não invalida esse projeto. Eu sou da opinião que a gente tem que formar pessoas e dar autonomia. Se o objetivo é dar autonomia às pessoas...

Cons. Cecília: A gente poderia, nesse caso... Bom, a gente procede a votação. Mas uma possibilidade é deixar ele para depois que todos os demais, se não for preenchido o montante, se sobrar recurso, e aí a gente volta para ele.

Orador não identificado: Eu concordo com você no seguinte sentido, eu acho que o dinheiro é pouco aí. Mesmo porque se essa conta de padaria, que fizemos aí, dá R$ 700,00 para cada um. O que eu não estou convicto é da eficiência desse projeto em um todo. Em uma comunidade. Eu acho que está muito pontual. Eu acho fantástico, em sobrando, analisá-lo com carinho. O projeto é bom, não resta dúvida nenhuma. Eu não sei se ele tem um peso tão grande em relação aos outros, em abrangência. Só isso.

Cons. Alexandre: Eu concordo também, principalmente até por não ter lido o projeto, não consegui me posicionar agora, da gente adiar a votação a respeito desse projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Então quem é a favor de adiarmos a votação para depois de uma leitura cuidadosa dos conselheiros?

Odete :Eu só queria fazer uma colocação em relação a quando a gente elaborou o edital. A gente tentou fazer com que o edital abrangesse toda a cidade de São Paulo, respeitando as vocações. E a região de Parelheiros é uma região que com relação à catador, à coleta seletiva, à implantação de central de triagem, ela é muito complicada, porque ela é uma área totalmente manancial, APA. Então quando a gente elaborou as 4 linhas temáticas, a gente estava prevendo esses tipos de projetos também. E lá em Parelheiros a gente tem vários grupos de pessoas com essas vocações, na questão do artesanato, na questão da economia solidária. Então a gente tem que levar isso em conta também quando forem votados os projetos. Está bem?

Francinete: Eu sou bióloga do Leste 3, região de Guaianazes, São Miguel, Itaim. Só queria ressaltar, com relação ao paisagismo que foi uma preocupação aqui, de vocês presentes. O projeto em nenhum momento ressalta o paisagismo. Ele coloca como um adendo. E é importante ressaltar que quando ele fala do paisagismo, ele ressalta a compostagem. É o que ele vai fazer com o paisagismo. Ele vai ensinar as pessoas, não só naquela questão de adquirir a percepção, de se sensibilizar, se se tornar mais sensível. Não. Ele dá uma ênfase em: o produto do paisagismo, o principal no trabalho deles é como reutilizar os resíduos orgânicos, que é uma questão muito forte da Mokiti Okada. Eu só queria ressaltar isso. O restante, eu acho que o projeto realmente, pelas nossas discussões, pelo nosso entendimento técnico, foi de excelente qualidade. Eu queria que vocês relevassem isso.

Coordenadora Helena Magozo: Quais os conselheiros que entendem que estão aptos para votar o projeto agora? Então só Gilmar. A votar, A Cecília e o Gilmar. Mais alguém se sente apto a votar? Alexandre, você poderia votar?

Cons. Alexandre: Minha sugestão seria adiar.

Coordenadora Helena Magozo: Você também adiar?

Geraldo: Adiaria.

Coordenadora Helena Magozo: Então adiamos a deliberação do projeto. Está bem. Então o Mokiti Okada, seria deliberado depois do encerramento dos 10 que foram recomendados e pressupondo a leitura de todos os conselheiros. É isso.

Cons. Cecília: Eu faria uma proposta um pouco diferente. Porque lá no meio tem outro de Parelheiros, eu achei outro. Eu acho que a gente poderia retomar esse projeto depois de dar uma passada geral. Não vamos ficar só nestes 10. Vamos... Porque eu vi projetos que não foram recomendados, que eu achei muito interessante.

Orador não identificado: Eu só gostaria de entender. Existe um montante total para tudo isso, não é?

Coordenadora Helena Magozo: Sim. Três milhões.

Orador não identificado: Exatamente. Eu colocaria, não hoje, porque hoje não adiantaria nada, ou então votaríamos agora, colocaria, dentro desse conceito desse montante, dar uma prioridade um pouco menor para ele. Simplesmente isso. Não ter uma necessidade imediata. É um ótimo projeto, minha visão rápida, que seria votado depois. Só isso.

Coordenadora Helena Magozo: Mas em que momento nós vamos votar? A gente precisa já estabelecer uma sistemática. Nós estamos no segundo projeto...

Oradora não identificada: Posso falar só um pouquinho?

Cons. Gilmar: Cecília, só uma informação. Nas gestões anteriores, a qualidade dos projetos são sofríveis, na maioria das vezes. Nós temos uma dificuldade muito grande de ter projetos bons aqui no FEMA, isso aí em gestões anteriores que você participou, mesmo não sendo conselho, você participou. Eu acho que a gente tem que ter um pouco de cuidado de não jogar um projeto fora, no sentido figurado, que é um projeto que tem consistência. Porque a qualidade dos projetos, na média, tem muita dificuldade. Foram 60 projetos apresentados.

Mirian: Eu só queria colocar assim: a gente pensou quanto à estratégia, A DPP 2 junto com a CAV também, a gente pensou na seguinte estratégia: votar primeiro os que tiveram complementação. Então seriam esses 10, mais os 4 que foram considerados desistentes. E na sequência os que foram desclassificados, porque esses seriam mais simples. E depois os não recomendados por ordem de pontuação. Pelos mais votados, que eu acho que tem mais chance, pela avaliação de vocês serem considerados passíveis de complementações, enfim, que sejam. Então na sequência, após a votação de hoje, os desistentes, os desclassificados, depois os não recomendados pela maior votação. Se todos concordarem, o projeto de hoje iria então para o início da pauta seguinte. Da reunião seguinte dos não recomendados. Apesar de ele ter sido considerado pela CAV como recomendado.

Cons. Cecília: Eu vou colocar o seguinte, acontece que eu vi, pelo menos dois projetos não recomendados, que me pareceram mais interessantes do que esse. Então eu quero votar esses não recomendados, eu quero conversar sobre eles antes. Porque eles são mais interessantes do que esse.

Mirian: Então, todos os valores somados dos projetos que a gente colocou para apreciação e deliberação hoje, enfim, não fica nem perto do valor total. Então é possível, sim, nas próximas esses projetos que você se refere...

Cons. Cecília: Os não recomendados, que a gente já seleciona, cada conselheiro traz o não recomendado que acha que vale a pena, e logo em seguida a gente passa para ele.

Oradora não identificada :Deixa eu só colocar uma coisa, Cecília. Dos não recomendados tem que se ater também para a questão dos orçamentos. Porque tem coisas que eles colocaram e não é passível de ser custeado. Então não é só o projeto em si. São todos os anexos.

Cons. Cecília: Então, mas dentro de uma postura de a gente querer ser parceiros, porque esse daí também mudou vários itens de orçamento, no que ela falou, era caro o profissional, aí eles baixaram. Aí era...

Rita: Não, não. Segundo o edital, eles só justificam, não podem nem alterar. A alteração, quando a gente faz o parecer, quando a gente pede um parecer, ele nem pode

fazer alteração. Tanto que alguns projetos aqui, a gente brigou, brigou que eu digo, discutimos exaustivamente a questão do: *"Não, isso é uma alteração do projeto?"* Porque a CAV entende o seguinte: *"Eu quero que ele me dê um esclarecimento."* Esse esclarecimento é sobre aquilo que já foi pontuado. Se ele reescreve, a gente está prejudicando outros projetos que não tiveram chance de argumentar. Então na verdade a argumentação é para entender, esclarecer aquilo que já foi colocado. Mas eles não mudam, não.

Cons. Cecília: Mas eu estou bem lembrada aqui, de um deles, que a CAV não percebeu aquele primeiro item, que é a colocação... Qual é o primeiro item mesmo? A circunstância que o projeto está envolvido, a justi...

Oradora não identificada: A linha temática.

Cons. Cecília: Não, depois da linha temática. Logo, o primeiro item. O diagnóstico. E eu vi ali, em uma linha, eu vi o diagnóstico. Eu vi a justificativa. Então eu quero conversar sobre isso. Pode ter sido enxuto, pode não ter tido tantas palavras, mas eu acho que tinha ali o diagnóstico, sim. Ele estava ali. E tinha ali o orçamento.

Cons. Gilmar: Cecília, só uma sugestão. Eu vou ter que me ausentar, não tem jeito. Nós vamos perder o quórum. Eu acho importante a gente definir, pelo menos, essa posição. Infelizmente vai comprometer o quórum, uma pessoa já saiu...

Oradora não identificada: Cecília, se o conselho achar que é passível, todos serão recomendados. Foi proposta uma estratégia inicial.Se vocês julgarem que todos estão aptos, todos estarão aptos. Não há conflito entre a sua opinião, a nossa e os demais. É só uma estratégia de avaliação, neste momento. Se não nós não vamos finalizar nenhum.

Coordenadora Helena Magozo: Mas uma vez eu reforço, eu não sei se seriam, todos os 10, mas começar pelos que tem unanimidade. No mínimo, reflitam que ,independente das discordâncias que podem acontecer, no mínimo teve um corpo de N pessoas que, vocês podem perceber, se dedicaram, avaliaram os projetos e estão aqui presentes. Pode não haver concordância. É do direito, lógico, do conselheiro. Mas eu acho que é prudente, que tem sentido a gente começar por esses que foram avaliados, recomendados, como um critério de considerar um apuramento que já houve. Quer dizer, eu tenho confiança, acredito nos técnicos, foi um trabalho sério, de vários meses. Agora, pode haver discordância. Eu acho que é um critério bom começar pelos recomendados. Na semana que vem, nós teremos o feriado, então a reunião, eu estou propondo para ser na sexta-feira, para a gente não perder uma semana, é possível para vocês?

Cons. Alexandre: Essa sexta, agora?

Coordenadora Helena Magozo: Não agora, na próxima sexta, da outra semana.

Cons. Alexandre: Próxima que é feriado, não é?

Coordenadora Helena Magozo: A próxima não é feriado... DesculpaEntão é o seguinte, na semana que vem, mantém terça-feira, daí eu pediria que a gente lesse esses recomendados, os que foram pedidos ajustes, os que não entraram, que foram inabilitados, para a gente, pelo menos, esse grupo de projetos a gente já avalia. Já teve também toda essa orientação inicial, que eu queria fazer na vez passada, porque eu sabia que ia render. É lógico, até a gente entender os critérios, essa coisa toda não é muito simples. Previ que a gente ia levar um tempo para isso, antes de começar a avaliar. E aí nós vamos firmes, senão a gente não vai chegar a contento.

Coordenadora Helena Magozo: Não, o Mokiti ficou depois desse bloco dos recomendados...

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Esse e outros não recomendados... Então vamos fazer o seguinte, não recomendado, pinçados pelos conselheiros, entram depois desses recomendados. E aí a gente vai para uma discussão plena do ponto de vista técnico. Está bem? Depois desses 9, entra o Mokiti, não é?

Cons. Cecília: Não, não. A gente faz esses 10...

Coordenadora Helena Magozo: São 9, porque o Mokiti saiu.

Cons. Cecília: A gente faz esses 9, aí se algum conselheiro recomenda... (fala sem microfone) a gente vê os recomendados pelos conselheiros...

Coordenadora Helena Magozo: E depois vai ter um tempo de uma repescagem final, quando forem avaliados na sequência os não recomendados,selecionados pelos conselheiros. Eu peço um esforço de vocês, para a gente andar. Porque a minha preocupação são os convênios, senão vai para o ano que vem.

Cons. Gilmar: Só falar uma palavrinha. Eu queria pedir desculpas pelo meu atraso, foi um problema de um motoqueiro, eu acho que ele gostou do meu carro, então ele bateu na minha traseira, ele levou o meu retrovisor. Então, desculpa pelo atraso. Mas eu não costumo atrasar.

Coordenadora Helena Magozo: Na semana que vem, gente, vamos tentar chegar... quanto antes a gente começar a reunião, às 9 horas, conseguir logo o quórum, porque eu percebo que depois de um tempo também, os conselheiros ficam cansados.

(fala sem microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Você precisa sair mesmo? O Gilmar precisa sair.

Tem o Abel.

Coordenadora Helena Magozo: Ele é suplente do Alexandre. Então não resolveu. Ele substitui... Eu proporia o seguinte... Mas não vai adiantar, porque se o Abel substitui o Alexandre, o Alma, o Alexandre não pode votar. Só se o Gilmar esperasse... ou você não tem mais condições? A minha proposta é a seguinte, Rita. Nós vamos ter um problema, sempre, pois no projeto do Alma, o Alexandre não pode votar. Então eu proporia uma inversão no caso do Alma, se fosse possível o Gilmar acompanhar. Mas o Gilmar não pode ficar.. Mas o Gilmar não pode permanecer mais na reunião. Então nós não temos quórum. Então a reunião infelizmente está terminada aqui.

Cons. Gilmar: (fala sem microfone) Eu já passei 10 minutos do meu horário.

Coordenadora Helena Magozo: Está certo, gente, sinto muito.

Cons. Gilmar: Então eu compareço na próxima?

Coordenadora Helena Magozo: Você necessariamente tem que comparecer na próxima. O Abel chegando, a gente já faz a votação, Abel, para você ficar, depois, livre.

Cons. Abel: Está bom.

Coordenadora Helena Magozo: Obrigada.

73ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA

CONSELHEIROS PRESENTES:

ALEXANDRE FALCÃO DE ARAÚJO

ANTONIO ABEL ROCHA DA SILVA

GERALDO BARBOSA DE MELLO FILHO

GILMAR ALTAMIRANO

JOSÉ MAESTRO DE QUEIROZ

MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO

Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES

Secretário Executivo